

Muito humanos, muito divinos (6): Até executar o que foi decidido

Parar para pensar, escolher o caminho, agir. Três momentos essenciais que dão forma à prudência, virtude necessária para fazer o bem no único lugar real: aqui e agora.

31/08/2021

Em um quadro a óleo que se conserva em Berlim, Rembrandt retratou em 1627 um ancião sentado

a uma mesa, em meio à penumbra. Ao seu redor estão amontoadas moedas de ouro e títulos de propriedade. Entre esses objetos figura também um relógio, premonição de que suas horas estão contadas. O ancião usa óculos para suprir a sua pouca visão, e ilumina a mesa e as suas posses com uma vela, que ele cobre com a mão direita: é uma luz incerta, como um fio de vida, que logo se extinguirá.

Este grande artista imaginava assim a parábola que Jesus contou certa vez diante de milhares de pessoas: “Havia um homem rico cujos campos produziam muito. E ele refletia consigo: ‘Que farei? Porque não tenho onde recolher a minha colheita’. Disse então ele: ‘Farei o seguinte: derrubarei os meus celeiros e construirei maiores; neles recolherei toda minha colheita e os meus bens. E direi à minha alma: ‘ó minha alma, tens muitos bens em

depósito para muitíssimos anos; descansa, come, bebe e regala-te’. Deus, porém, lhe disse: ‘Insensato! Nesta noite ainda exigirão de ti a tua alma. E as coisas que ajuntaste de quem serão? ’ Assim acontece ao homem que entesoura para si mesmo e não é rico para Deus” (Lc 12, 16-21).

O próprio Deus qualifica este rico de “insensato” ou imprudente. “O homem que todos conheciam como inteligente e afortunado é um tolo diante de Deus: ‘insensato’, diz-lhe. Diante do que é verdadeiramente autêntico, ele, com todos os seus cálculos, mostra-se inexplicavelmente tolo e de visão curta, porque com os cálculos tinha esquecido o que é autêntico: que sua alma desejava algo mais que bens e alegrias, e que algum dia ia encontrar-se frente a Deus”[1]. Este homem não percebia que o sentido da sua vida se resumia ao amor a Deus e ao próximo. Por isso, quando

teve a oportunidade de fazer algo pelos outros, só conseguiu pensar em si mesmo. Ignorava, no fundo, “como são e estão verdadeiramente as coisas”; não podia atuar bem, porque “o bem está em harmonia com a realidade”[2]. Por isso é insensato. Por isso é imprudente.

As falsas prudências

A prudência é a virtude que conecta as nossas ações com a realidade: prudente é o homem para quem as coisas *parecem* como realmente *são*. Partindo desta conexão com a realidade, esta virtude leva a escolher os meios certos para conseguir um fim *bom* e utilizá-los. Quer dizer, a prudência não considera bom qualquer fim. Por isso, São Josemaria dizia, “temos de perguntar-nos sempre a nós mesmos: prudência, para quê?”[3] E respondemos: para amar a Deus e aos outros. Como escreveu Santo

Agostinho, “a prudência é o amor que sabe discernir o que é útil para dirigir-se a Deus daquilo que pode afastar dele”[4].

A prudência precisa ser acompanhada pela fé e pela caridade para não degenerar em uma de suas caricaturas. Existem, com efeito, duas falsas prudências. Por um lado, há a simples “prudência da carne” (Rm 8, 6), a de quem tem como único objetivo os prazeres e os bens sensíveis, e só procura desfrutar deles e possuí-los, sem pensar em outros fins mais importantes[5]. “Essa luz, que lá se chama Razão, e que na prática só presta para o tornar mais bruto que os mais brutos”[6], diz Mefistófeles, numa famosa obra de Goethe. Por outro lado, temos a “astúcia”: habilidade para encontrar os meios que permitam obter um fim perverso. Este fim mau não precisa ser necessariamente sensível, como

se o prazer fosse uma coisa má em si; pode consistir, por exemplo, numa busca egoísta da própria segurança, sem ter em conta as necessidades dos outros[7] como acontece no caso do rico da nossa parábola.

A verdadeira prudência, afirma o Catecismo da Igreja Católica, “dispõe a razão prática a discernir, em qualquer circunstância, nosso *verdadeiro bem* e a escolher os meios adequados para realizá-lo”[8]. Esse verdadeiro bem não se limita ao da sensibilidade, mas abarca a pessoa em sua integridade; é o bem que surge da verdade das próprias coisas, e não só dos meus desejos. Consiste em dar a cada um o que é seu, em perseverar no caminho que nos tornará mais felizes – a santidade, o amor, a fidelidade – apesar das dificuldades que encontrarmos; é o gozo dos prazeres sensíveis em harmonia com a verdade do nosso ser.

Esta definição da prudência fala de um discernimento e de uma escolha. Para o primeiro – “discernir o verdadeiro bem” – precisamos educar a nossa vontade e o nosso coração, para que eles amem e desejem o verdadeiro bem. Isto se consegue com as outras virtudes, especialmente com a justiça, mas também com a fortaleza e a temperança. As virtudes morais, com efeito, indicam o bem para a prudência: só com elas pode orientar-se para os fins bons e “escolher os meios adequados” para realizá-los. Mas, ao mesmo tempo, a prudência entra como *medida* na definição de qualquer ato virtuoso, pois é ela que conecta a ação com a realidade e decide, aqui e agora, o meio termo, o mais excelente, entre dois extremos defeituosos. Quer dizer, a prudência é tanto um requisito para o crescimento das outras virtudes morais, quanto um resultado delas. É como um *círculo*

virtuoso. Por isso é tão importante a educação e o ambiente no qual vivemos: nele aprendemos a amar e a saborear o verdadeiro bem, não por meio de raciocínios, mas pela identificação com aqueles que amamos.

Deliberação: parar para pensar

Em um estudo detalhado sobre a prudência, São Tomás de Aquino distingue nela três atos: deliberação, decisão e império. Os dois primeiros ocorrem somente em nossa razão; o terceiro, pelo contrário, nos leva à ação[9]. Estes três atos podem ser claramente identificados em outro relato de Jesus: a parábola das virgens néscias e prudentes, na qual o Senhor compara o reino dos céus a uma parte da celebração do casamento judaico (cfr. Mt 25, 1-13).

A cerimônia narrada na parábola consistia em conduzir a noiva, com certas formalidades, até a casa do

noivo. No fim do dia, normalmente ao entardecer de uma quarta feira, os convidados esperavam na casa da noiva. O noivo chegava um pouco antes da meia noite, com seus amigos mais próximos, para encontrar a noiva. Iluminado pelas chamas das lâmpadas à óleo, era recebido pelos convidados. Havia o costume de que, lá também, dez moças esperassem o noivo, segurando lâmpadas em recordação das solenidades públicas judaicas. São as dez virgens das quais Jesus diz que “tomaram suas lâmpadas” e “saíram para receber o esposo”. Toda a comitiva deveria ir então, iluminada por essas lâmpadas, até a casa paterna do noivo, onde ocorreria o casamento.

Nem todas, no entanto, estavam igualmente preparadas para participar. Na realidade, “cinco delas eram tolas e cinco prudentes. As tolas, ao pegar suas lâmpadas, não levaram azeite consigo; as prudentes,

pelo contrário, junto com as lâmpadas levaram azeite nas vasilhas". Estas últimas foram prevenidas: lembraram que nestes casos o noivo só chegava perto de meia noite; calcularam que as suas lâmpadas não durariam tanto tempo acesas (deliberação); optaram por levar vasos com azeite de reserva, apesar da incomodidade de carregá-los (decisão); e finalmente fizeram isso (império). As néscias, pelo contrário, embora talvez tenham ouvido como as prudentes comentavam o problema, e as tenham visto, inclusive, ir buscar os vasos, não quiseram complicar a vida; deixaram-se levar pela precipitação e a pressa para chegar o quanto antes à casa da noiva; viraram-se atraídas pelos divertimentos e risadas e não pensaram muito. Tem-se a impressão de que as virgens néscias da parábola foram imprudentes, talvez sobretudo por

falta de deliberação, deixaram-se levar pela irreflexão.

No final, aconteceu o que era previsível: “Tardando o esposo, cochilaram todas e adormeceram. No meio da noite, porém, ouviu-se um clamor: Eis o esposo, ide-lhe ao encontro”. Levantam-se então as jovens e preparam as suas lâmpadas, mas as néscias perceberam que as delas se estavam apagando por falta de azeite. Pedem então às prudentes que lhes emprestem um pouco e estas não o fazem, precisamente porque são prudentes: “Não temos o suficiente para nós e para vós; é preferível irdes aos vendedores, a fim de o comprardes para vós”, respondem. Mas enquanto vão comprar, chega o noivo, recebe a noiva e começa a procissão para sua casa, acompanhada finalmente só pelas cinco virgens prudentes, com as lâmpadas acesas e uma multidão que canta e dança. Chegados à casa, a

porta se fecha e o banquete começa. Quando chegam as cinco virgens néscias já é tarde. Embora implorem dizendo “Senhor, senhor, abre-nos!”, obtêm esta duríssima resposta: “em verdade vos digo, não vos conheço”.

Podemos perguntar: Por que Jesus chama prudentes a umas e néscias a outras? A parábola permitiria responder levando em conta as três etapas da ação prudente, mas é ressaltada nela de maneira especial a primeira: a deliberação. Para atuar bem é preciso parar e pensar na situação, examinando atenta e fielmente o ser das coisas; trazer à memória casos similares, para obter experiência; deixar-se aconselhar pelos outros – pelos prudentes – porque, como também diz São Tomás, “no que diz respeito à prudência, ninguém se basta a si mesmo”[10]. E, por último, é preciso estar atento às circunstâncias cambiantes, que podem recomendar

uma adaptação do plano e uma nova decisão para conseguir o bem pretendido. Trata-se, em resumo, de conhecer a realidade, pressuposto indispensável para realizar o bem. Não basta a “boa intenção” ou a “boa vontade”: é preciso andar na verdade, porque só “a verdade vos libertará” (Jo 8, 31).

São Josemaria animava a estudar detalhadamente os assuntos antes de tomar uma decisão, ouvindo todas as pessoas implicadas e evitando a precipitação: “Os assuntos urgentes podem esperar e os muito urgentes devem esperar”[11]. Fazia ver a necessidade de pedir conselho ao Espírito Santo na oração, porque “a verdadeira prudência é a que permanece atenta às insinuações de Deus”[12]. Sugeria também recorrer a outras pessoas que nos podem ajudar, como um diretor espiritual ou quem compartilhe conosco a responsabilidade de uma decisão.

Neste processo de deliberação, a humildade é fundamental para abrirmos à verdade, para aproximar-nos o melhor possível da realidade das coisas.

Decisão: escolher o caminho

Para ilustrar a decisão, segundo momento da prudência, é esclarecedor o relato de São Marcos sobre as primeiras horas da manhã do domingo da Ressurreição. Maria Madalena e as outras mulheres tinham comprado aromas para embalsamar o corpo de Jesus e tinham partido muito cedo, dizendo entre si: “Quem nos removerá a pedra da entrada do sepulcro?” (Mc 16, 3). Embora não tenham conseguido encontrar uma solução para todos os problemas que enfrentariam, o amor a Jesus move estas mulheres a tomarem a decisão correta, prudente: decidem atuar com os dados que têm. “Era uma

pedra enorme” comenta São Josemaria. “É o que acontece normalmente. As dificuldades enxergam-se logo, mas, se há amor, não se repara nesses obstáculos: há audácia, decisão, valentia; o que se deve fazer, se faz! Quem removeria aquela pedra? Elas sozinhas não podiam; e, no entanto, continuam adiante, a caminho do sepulcro. Meu filho, como andamos de vacilações? Temos essa decisão santa, ou devemos de confessar que sentimos vergonha ao contemplar a decisão, a intrepidez, a audácia dessas mulheres? Quando chegaram ao sepulcro, *viram a pedra removida* (Mc 16, 4). É o acontece sempre. Quando nos decidimos a fazer o que temos de fazer, as dificuldades superam-se com facilidade”[13].

A deliberação, aquele primeiro ato da prudência, não pode prosseguir indefinidamente. Em certo momento temos que considerá-la terminada e

decidir. Porque a indecisão é outra forma de imprudência, que torna estéril a deliberação prévia: Não adianta discernir a atuação mais virtuosa, se depois não a sigo, porque não sinto vontade, porque não tenho disposição, por medo do que vão pensar de mim, de errar ou por qualquer outra razão. Não adianta saber o que é melhor, se não decido fazê-lo. “Amanhã! Algumas vezes, é prudência; muitas vezes é o advérbio dos vencidos”[14], dizia também São Josemaria. A pessoa prudente não espera a certeza onde não pode havê-la; prefere não acertar vinte vezes a deixar-se levar por um cômodo abstencionismo”[15]. Não decidir é muitas vezes uma imprudência, porque então outros, ou simplesmente o tempo, decidirão por nós, talvez com menos critério para acertar. A pessoa prudente não pretende ter tudo sob controle absoluto: reconhece a própria

limitação e confia em Deus, porque é o mais real.

O exemplo de Jesus é eloquente. No evangelho aparece como uma pessoa que conhece a realidade, o seu destino, o seu verdadeiro bem: espera prudentemente a chegada da sua “hora”. Em Caná, por exemplo, diz à sua mãe: “ainda não chegou a minha hora” (Jo 2, 4). Depois, em duas oportunidades, São João conta como abre passagem entre a multidão “porque não havia chegado sua hora” (Jo, 7, 30; 8, 20). Em alguns momentos vez inclusive percebemos que os seus desejos e os seus sentimentos não coincidem (cfr Mt 26, 39), mas apesar de tudo escolhe o bem. Aquele “Levantai-vos, vamos!” (Mt 26, 46), antes da sua prisão em Getsêmani é uma escolha prudente, heroicamente prudente.

Império: passar à ação

No final do Sermão da Montanha, Jesus faz algumas advertências, entre as quais está esta imagem sobre a pessoa prudente: “Aquele, pois, que ouve estas minhas palavras e as põe em prática é semelhante a um homem prudente, que edificou a sua casa sobre a rocha (...) Mas aquele que ouve as minhas palavras e não as põe em prática é semelhante a um homem insensato, que construiu sua casa na areia” (Mt 7, 24-26). A distinção entre o prudente e o insensato está aqui em pôr em prática o que foi aprendido. Porque não basta deliberar e decidir: é, necessário passar à ação. Nisto consiste o terceiro e último momento da verdadeira prudência, o *império*, ou execução, que São Tomás diz ser o mais importante porque não serve para nada conhecer o caminho se ele não for percorrido[16]. Pode-se ser imprudente não só por precipitação ou por indecisão, mas também – é mais frequente do que parece – por

deter-se diante dos obstáculos ou pela negligência ao omitir o que deve ser feito, muitas vezes por algo tão simples como o esquecimento.

“Pensar devagar e agir rapidamente”: assim São Josemaria aconselhava certa vez o bem-aventurado Álvaro del Portillo[17]. Com esta máxima queria, por um lado preveni-lo dos erros aos quais a precipitação leva, mas também o advertir sobre a imprudência de adiar sem necessidade a decisão e a realização. A audácia não é imprudência. Mais ainda, se for verdadeira audácia, é prudência. “O que é preciso fazer, faz-se... Sem hesitar... Sem contemplações. Sem isso, nem Cisneros teria sido Cisneros, nem Tereza de Ahumada, Santa Tereza... nem Iñigo de Loyola, Santo Inácio... Deus e audácia![18].

Os atrasos desnecessários na execução do que se decidiu podem,

além disso, prejudicar os outros: particularmente quando se tem uma tarefa de formação ou governo, como os pais em relação aos filhos, ou os chefes em relação aos subordinados. A fortaleza é necessária para superar os medos, a tentação de fazer o mais confortável ou o apego excessivo à própria imagem. Isso se reflete muito bem numa carta em que Santa Catarina de Sena exortava o Papa Gregório XI a deter os excessos de alguns eclesiásticos: “As considerações que se tomam por egoísmo, por afeição a parentes e amigos, ou por amor à paz terrena, são, na realidade, a pior das crueldades, pois a chaga que quando necessário deixa de ser tratada pelo ferro em brasa ou pelo bisturi, putrefaz-se e acaba ocasionando a morte. Ao doente pode agradar que lhe untem de bálsamo a ferida, mas isso não bastará para curá-lo”[19].

Naturalmente, a audácia da verdadeira prudência não se opõe à busca do melhor momento para executar o que foi decidido, levando sempre em conta a caridade, o bem das pessoas. Às vezes é preciso saber esperar com paciência. Outras vezes não será conveniente esperar, porque as consequências seriam piores, porque a oportunidade não se repetirá, ou por outras razões. A pessoa prudente é aquela que, aqui e agora tem a capacidade de determinar “se um determinado ato será ou não o verdadeiro caminho para a realização do fim”[20]. Em todo caso, porém, só a execução do que se decidiu, depois de uma prudente deliberação, realizará em nós aquele profundo desejo de Jesus (Mt 5, 16): “Assim brilhe vossa luz diante dos homens, para que vejam as vossas boas obras e glorifiquem o vosso Pai que está nos céus”.

José Brage

[1] J. Ratzinger, *Olhar para Cristo*.

[2] J. Pieper, *As virtudes fundamentais*.

[3] São Josemaria, *Amigos de Deus*, n. 85.

[4] Santo Agostinho, *De moribus Ecclesiae*, I, 15, 25.

[5] São Tomás de Aquino, *Suma Teológica*, II-II, q. 47, a. 13, res.

[6] J. W. Goethe, *Fausto*, Prólogo no céu.

[7] São Tomás de Aquino, *summa Teológica*, II-II, q. 47, a. 8, ad. 3.

[8] Catecismo da Igreja Católica, n. 1806. As cursivas são próprias.

[9] *Summa Teológica*, II-II, q. 47, a. 8, res.

[10] J. Pieper, *As virtudes fundamentais*.

[11] Javier Echevarría, Recordações sobre Mons. Escrivá, Quadrante, São Paulo, 2017.

[12] *Amigos de Deus*, n. 87.

[13] São Josemaria, Notas de uma meditação, 29 de março de 1959.

[14] São Josemaria, *Caminho*, n. 251.

[15] *Amigos de Deus*, n. 88.

[16] Cfr *Suma Teológica*, II-II, q. 47, a. 8, res.

[17] Carta a Álvaro del Portillo, 28 de fevereiro de 1949, citada em Andrés Vázquez de Prada, *O Fundador del Opus Dei*, tomo III, Quadrante, São Paulo, 2004, p. 140.

[18] *Caminho*, n 11.

[19] Sigrid Undset, *Santa Catarina de Sena*.

[20] J. Pieper, *As virtudes fundamentais*.

pdf | Documento gerado automaticamente de <https://opusdei.org/pt-br/article/muito-humanos-muito-divinos-6-executar-o-decidido/> (06/02/2026)